



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



EDITAL Nº 16, DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

COMPLEMENTA O EDITAL UFMS/PROGEP Nº 14/2018.

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Progep, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto na Portaria RTR/UFMS nº 1.164, de 27/12/2016, considerando os Mandados de Segurança Nº 5000231-32.2018.4.03.6000 e Nº 5000160-30.2018.4.03.6000, **torna público o presente Edital de Complementação do Edital UFMS/PROGEP nº 14, de 25 de janeiro de 2018**, com o objetivo de selecionar candidatos para o cargo de Professor do Magistério Superior da UFMS, mediante as condições aqui estabelecidas e demais disposições legais.

1. Para complementar o Edital UFMS/PROGEP nº 14/2018 a redação abaixo.

1.1. No quadro de vagas do Anexo I:

QUADRO DE VAGAS

UNIDADE	AREA	AMPLA	PCD	PPP
FADIR	Direito / Direito Público – Direito Processual Civil*	1	----	----
ESAN	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo / Ciências Contábeis – Contabilidade Comercial e Setores Específicos*.	1	----	----

* Vaga com demanda judicial e eventuais aprovados somente serão nomeados a depender do desfecho da ação na Justiça Federal.

1.2. Na especificação das vagas do Anexo II:

DA ESPECIFICAÇÃO DA VAGA, QUANTITATIVO, REGIME DE TRABALHO, PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPO GRANDE:

UNIDADE	FADIR - Faculdade de Direito	
ÁREA	Direito / Direito Público – Direito Processual Civil	
Nº VAGAS	REGIME DE TRABALHO	CLASSE
1	40 horas	Adjunto A
PROGRAMA		
1. Mediação, conciliação e arbitragem. 2. Sujeitos do processo. Atos Processuais. Negócios processuais. 3. Tutela provisória. 4. Processo de conhecimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. 5. Provas no processo civil. 6. Cumprimento de Sentença, liquidação de sentença e processo de execução. 7. Recursos. 8. Precedentes no CPC/2015. 9. Incidente de arguição de inconstitucionalidade, incidente de assunção de competência, incidente de resolução de demandas repetitivas. 10. Ação rescisória, Reclamação, Homologação de decisão estrangeira e concessão de "exequatur" à carta rogatória.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
1. ABELHA, M. Manual de Direito Processual Civil. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2016. 2. ARRUDA ALVIM, A.; ASSIS, A. de; ALVIM, E.A.; LEITE, G.S. Comentários ao Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015. São Paulo: Saraiva, 2016. 3. ARRUDA ALVIM. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: RT, 2017. 4. ASSIS, A. de. Manual da execução. São Paulo: RT, 2017. 5. _____. Manual dos recursos. São Paulo: RT, 2016. 6. BARBOSA MOREIRA, J.C. Questões velhas e novas em matéria de classificação das sentenças. In Temas de direito processual, oitava série. São Paulo: Saraiva, 2004. 7. BEDAQUE, J.R. dos S. Tutela provisória: considerações gerais. In O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas. São Paulo: Atlas, 2015. 8. BUENO, C.S. Manual de Direito Processual Civil. Volume único. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016. 9. COSTA, N.C.A. da. Efeitos Processuais da Convenção de Arbitragem. Campinas: Servanda, 2006. 10. _____. Poderes do Árbitro. São Paulo: RT, 2002. 11. CRUZ E TUCCI, J.R. Precedente judicial como fonte do direito. São Paulo: RT, 2004. 12. DIDIER JR, F. Curso de direito processual civil. V.1. Salvador: JusPodivm, 2017. 13. DIDIER JR, F.; BRAGA, P.S.; OLIVEIRA, R.A. Curso de direito processual civil. V.2. Salvador: JusPodivm, 2017. 14. DIDIER JR, F.; CUNHA, L.C. da. Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. V.3. Salvador, JusPodvum, 2017. 15. DIDIER JR, F.; CUNHA, L.C. da; BRAGA, P.S.; OLIVEIRA, R.A. Curso de Direito Processual Civil: Execução. V.5. Salvador, JusPodvum, 2016. 16. DINAMARCO, C.R. A instrumentalidade do processo. 9ª ed., São Paulo: RT, 2001. 17. GAJARDONI, F. da F.; DELLORE, L.; ROQUE, A.V.; OLIVEIRA JÚNIOR, Z.D. de. Teoria geral do processo - comentários ao CPC de 2015 - Parte geral. São Paulo: Método, 2017. 18. _____. Processo de conhecimento e cumprimento de sentença - comentários ao CPC de 2015. São Paulo: Método, 2017.		

19. _____. Execução e Recursos - comentários ao CPC de 2015. São Paulo: Método, 2017.
20. GRINOVER, A.P.. Os métodos consensuais de conflitos no novo CPC. In O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas. São Paulo: Atlas, 2015.
21. MANCUSO, R. de C.. Jurisdição coletiva e coisa julgada. São Paulo: RT, 2012.
22. MITIDIERO, D.. Colaboração no processo civil. 3 ed. São Paulo: RT, 2015.
23. NERY JÚNIOR, N.; ANDRADE NERY, R.M. de. Comentários ao código de processo civil. São Paulo: RT, 2017.
24. RIBEIRO, S.L. de A.; GOUVEIA FILHO, R.P.C.; PANTALEÃO, ICPi; GOUVEIA, L.G. de. Novo Código de Processo Civil Comentado. 3.v. Rio de Janeiro: Lualri Editora, 2017.
25. SICA, H.V.M. O direito de defesa no processo civil. São Paulo: Atlas, 2011.
26. TARUFFO, M. Uma simples verdade: o juiz e a construção dos fatos. São Paulo: Marcial Pons, 2012.
27. THEODORO JÚNIOR, H.; NUNES, D.; BAHIA, A.M.F.; PEDRON, F.Q. Novo CPC - fundamentos e sistematização (lei 13.105, de 16.03.2015). Rio de Janeiro: Forense, 2015.
28. VERAS, N.A. (Coord). Comentários ao Código de Processo Civil. Campo Grande-MS: Editora Contemplar, 2017.
29. WAMBIER, T.A.A.; DIDIER JR, F.; TALAMINI, E.; DANTAS, B. (coordenadores). Breves comentários ao novo código de processo civil. São Paulo: RT, 2017.
30. WAMBIER, T.A.A.; CONCEIÇÃO, M.L.L.; RIBEIRO, L.F. da S.R.; MELLO, R.L.T. de. Primeiros comentários ao novo código de processo civil - artigo por artigo. São Paulo: RT, 2015.
31. WATANABE, K. Da cognição no processo civil. 2. ed., Campinas: Bookseller, 2000.
32. YARSHELL, F.L. Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? In Negócios processuais. Coord. de Antonio do Passo Cabral e Pedro Henrique Nogueira. Salvador: Juspodium, 2015.

FORMAÇÃO/TITULAÇÃO EXIGIDA

1. Graduação em: Direito; e
2. Doutorado em Área de Avaliação: Direito.

UNIDADE	ESAN - Escola de Administração e Negócios	
ÁREA	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo / Ciências Contábeis – Contabilidade Comercial e Setores Específicos.	
Nº VAGAS	REGIME DE TRABALHO	CLASSE
1	Dedicação Exclusiva	Adjunto A

PROGRAMA

1. Contabilização das operações da atividade comercial.
2. Impostos e taxas incidentes em operações comerciais.
3. Avaliação e mensuração de ativos.
4. Avaliação e mensuração de passivos e patrimônio líquido.
5. Reconhecimento e mensuração de receitas e despesas.
6. Demonstração do valor adicionado.
7. Demonstração de fluxo de caixa.
8. Contabilidade do agronegócio.
9. Contabilidade para setores específicos.
10. Relato integrado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRASIL. Lei 12.973/14 de 13 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm.
2. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos Técnicos. Disponível em <http://www.cpc.org.br>.
3. Conselho Internacional para Relato Integrado. A Estrutura Internacional para Relato Integrado. Disponível em <http://www.relatointegradobrasil.com.br>.
4. FIPECAFI. Manual de contabilidade societária: aplicável às demais sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
5. MARION, J.C. Contabilidade rural. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
6. PEREZ JUNIOR, J.H.; OLIVEIRA, L.M. Contabilidade Avançada: textos e testes com as respostas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
7. PEREZ JUNIOR, J.H.; OLIVEIRA, L.M.; GOMES, M.B.; CHIEREGATO, R. Manual de Contabilidade Tributária: textos e testes com as respostas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
8. REZENDE, A.J. Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.
9. VELTER, F.; MISSAGIA, L. Contabilidade Avançada. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FORMAÇÃO/TITULAÇÃO EXIGIDA

1. Graduação em: Ciências Contábeis; e
2. Doutorado em Área de Avaliação / Área Básica: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo / Administração ou Ciências Contábeis; ou Área de Avaliação / Área Básica: Economia / Economia; ou Área de Avaliação / Área Básica: Engenharia III / Engenharia de Produção.

ANTÔNIO JOSÉ ANGELO MOTTI

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas



oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0292962** e o código CRC **33D6E27A**.

COORDENADORIA DE RECRUTAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.030088/2017-88

SEI nº 0292962